

Congresso age com mais poderes

O ESTADO DE S. PAULO — 43

O Executivo já não pode resolver todos os assuntos em gabinetes fechados

DAVID RENAULT

BRASÍLIA — No primeiro round da luta com o Congresso Nacional, investido de novos poderes para interferir na política econômica, o governo jogou a toalha. Agressivo no meio do ringue, na quarta-feira o presidente José Sarney negava-se a aceitar a proposta dos governadores para o pagamento da dívida externa dos Estados e municípios em 1989. Acuado nas cordas, sexta-feira, pediu socorro ao líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, e disse não querer mais briga.

O Congresso abraçou a causa dos governadores e é o primeiro exemplo concreto do que pode acontecer daqui em diante. Com novas atribuições constitucionais, os parlamentares têm poder para decidir sobre vários assuntos antes produzidos em pacotes intransponíveis gabinetes de Brasília - dos programas de investimentos públicos, a verbas orçamentárias, criação de empresas estatais, até o endividamento externo.

Político experiente, o presidente Sarney sabia que os governadores iriam bater às portas do Congresso e, por isso mesmo, ofereceu uma alternativa na qual o pagamento dos Estados e municípios ficou 45% menor em relação à proposta original do orçamento. Na reunião de quarta-feira, o presidente foi intransigente em sua proposta, mas os governadores sabem que com a nova Constituição quem manda mais nesse caso é o Congresso. Fecharam com a Comissão de Orçamento uma forma de pagar apenas 15% do que pretendia o governo. Sarney também sabe que não há alternativa fora da negociação, para tentar chegar a um meio termo. Por isso recuou às cordas e pediu socorro.

Relegados a segundo plano durante muito tempo, especial-

mente nos anos mais duros do regime militar, os parlamentares cresceram muito de importância com a nova Constituição. "O governo agora tem de ser exercido conjuntamente pelo Executivo e Legislativo", reconhece o ministro do Gabinete Civil da Presidência, Ronaldo Costa Couto.

AUTOCRÍTICA

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, acha positivo o Congresso ter poder para discutir, vetar propostas do governo e aprovar outras, mas entende que em certos casos a administração pública pode se tornar inviável. Pouco antes da votação final da Constituição, o ministro lembrava que, cumpridas literalmente as disposições sobre o endividamento externo, o governo "terá de pedir autorização do Congresso até para comprar peças de reposição de um avião, se houver financiamento que implique aumento da dívida".

O Senador Roberto Campos, PDS-MT, ministro do Planeja-

mento do governo Castelo Branco, considera a mudança saudável e até faz uma autocrítica: "Nos anos 60 eu defendia a tese de que o Legislativo não devia ter poder, sob o pressuposto de que isso seria inflacionário. A experiência mostrou que a ação do Executivo é tão ou mais inflacionária".

O pensamento, explica o senador, era de que no Congresso o regionalismo prevaleceria sobre os interesses nacionais e só o poder Executivo teria a visão nacional. Mas a prática mostrou que no Brasil as visões regionais e setoriais deslocaram-se para o Executivo, que se prestou à pressão e corrupção. Com força maior, o Congresso, segundo Campos, absorve "pressões legítimas" de grupos e setores e isto é democrático. Com ele concorda o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), que ressalta, porém, a necessidade de preparar a Câmara e o Senado para discutir e votar as questões econômicas que têm importantes reflexos na vida do País.

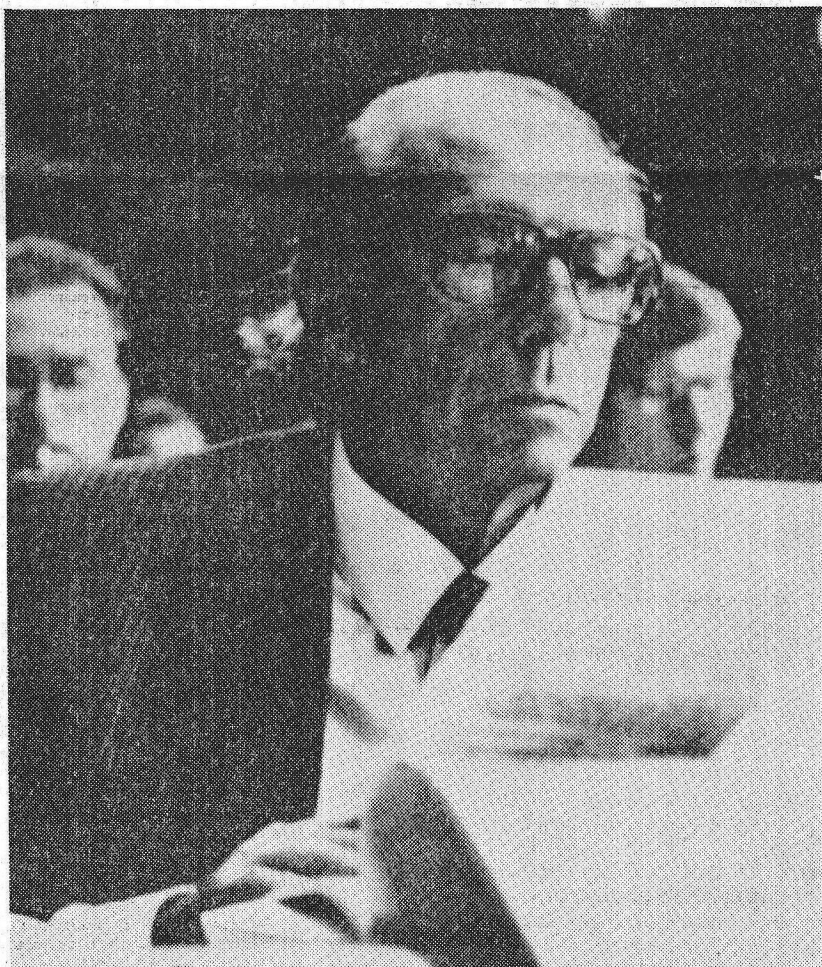
Dornelles foi procurador-geral da Fazenda, secretário da Receita Federal e ministro da Fazenda. Antes, lembra ele, reuniam-se pessoas para tomar decisões fechadas no Executivo. A intenção da nova Constituição é exatamente abrir a discussão a toda a sociedade, através do Congresso, mas isso, por enquanto, não aconteceu. "Estão sendo discutidos assuntos da maior importância, como o orçamento da União, salário mínimo, Lei de Greve e Lei do Inquilinato, sem que comissões técnicas, com pessoal especializado, analise os assuntos. Pequenos grupos no Congresso, através de lideranças, estão fazendo acertos, exatamente como agiam antes grupos do Executivo", afirma o deputado.

CLIENTELISMO

Mas, segundo Dornelles a instalação de todas comissões técnicas do Congresso no próximo ano resolverá o problema e aí "a nova Constituição terá sentido". O deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), presidente da comissão que examina o orçamento da União de 89, admite a importância das comissões técnicas. Argumenta porém, que a discussão do orçamento tem de ser feita agora, de qualquer forma, pela necessidade de aprovação antes do final do ano.

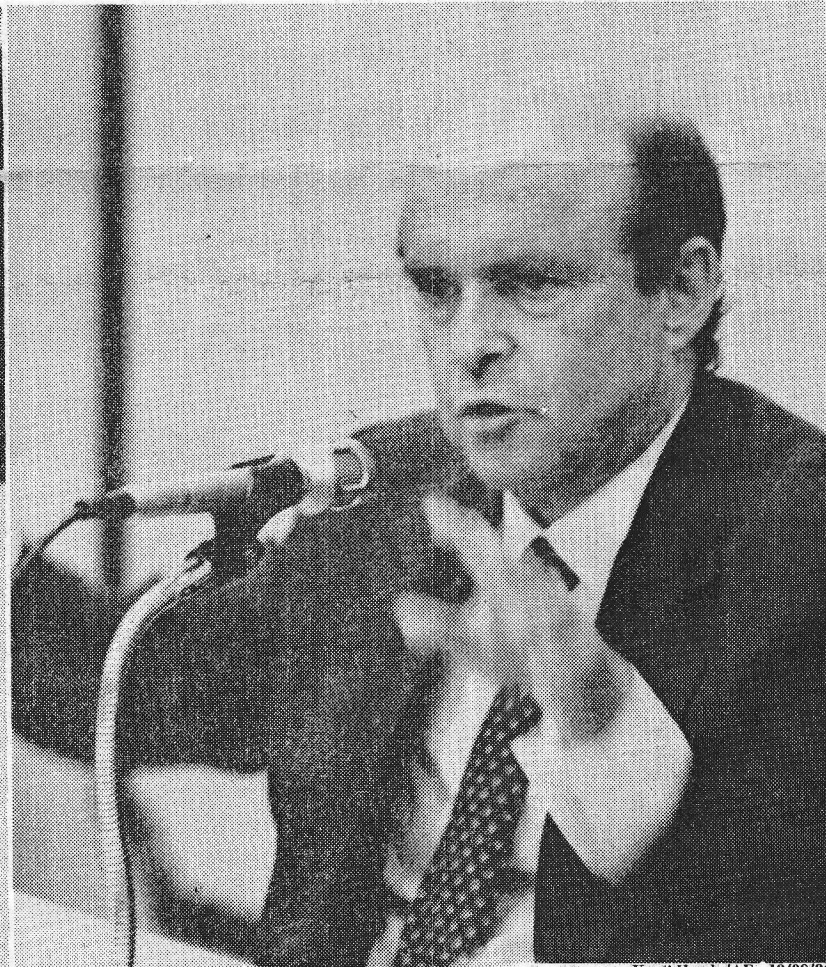
O poder de vetar a criação de estatais inúteis, como existem dezenas — filhas do decreto-lei —, projetos mirabolantes como a ferrovia Norte Sul, e o endividamento externo irracional, dá ao Congresso condições de ajudar o desenvolvimento do País. Na área econômica do governo, teme-se que o clientelismo comum ao Congresso, em muitos casos, torne a máquina administrativa e o próprio País ingovernáveis. O ministro Ronaldo Costa Couto, no entanto, vê a divisão de poderes entre Executivo e Legislativo de forma bastante positiva. "Num regime democrático, as decisões são discutidas abertamente, com o conhecimento da sociedade, que atua como fiscal".

Colaboraram: Paulo Fona e Ary Ribeiro



Alencar Monteiro/AE-19/03/88

Campos admite o erro: o Executivo provoca inflação



Kenji Honda/AE-18/08/86

Dornelles ex-burocrata: pequenos grupos fazem acerto